

DOCUMENTO: Processo SMA n° 13.550/05
INTERESSADO: Urbanizadora Municipal - URBAM
ASSUNTO: Análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA das Obras Ampliação do Aterro Sanitário situado no bairro Torrão de Ouro I
MUNICÍPIO: São José dos Campos

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, com a colaboração de outras equipes técnicas dessa Companhia, além da contribuição do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, e manifestações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CBH-PS, para subsidiar a análise da viabilidade do empreendimento em tela.

Segundo o EIA, o projeto apresentado visa a ampliação do aterro sanitário existente visando o recebimento inicial 488 t/dia de resíduos sólidos Classes IIA (não perigosos e não inertes) e Classe IIB (não perigosos e inertes) gerados no município de São José dos Campos, para uma vida útil estimada em 12 anos.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área destinada à ampliação possui aproximadamente 161.248 m² e está localizada em área contígua ao aterro existente, situada na Estrada Torrão de Ouro, s/nº, Bairro Torrão de Ouro, no município de São José dos Campos. A ampliação será executada em 2 etapas, com a primeira projetada para receber 14 camadas e a segunda, outras 12 camadas de resíduos sólidos com 3,3 m de altura cada, com altura máxima entre os maciços de 51 m. A capacidade total estimada de disposição é de 2.863.669,75 m³ de lixo compactado, com proposta de cobertura diária dos resíduos com camadas de 0,10 m de solo.

Está prevista a implantação dos seguintes sistemas de proteção ambiental: drenagem superficial, drenagem da base do aterro, drenagem e remoção do percolato, impermeabilização inferior e superior do aterro, drenagem do biogás e cortina vegetal. Os efluentes líquidos gerados serão destinados a ETE Lava-pés.

Conforme descrito no EIA, o empreendimento deverá contar em sua fase operacional com os seguintes Planos de Monitoramento e Manutenção: Monitoramento das Águas Superficiais; Monitoramento das Águas Subterrâneas; Plano de Inspeção e Monitoramento da operação do aterro; Monitoramento de Recalque do aterro, além de um Plano de Encerramento do aterro.

As obras de instalação da Etapa I serão realizadas em 04 meses e a operação terá vida útil de 6,5 anos. As obras de instalação da Etapa 2 terão início em 06 meses antes do término de operação da Etapa 1, com vida útil de 05 anos.

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e desativação do empreendimento, bem como, as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer elaborado pelo TAGA, são apresentados a seguir:

3.1 Fase de planejamento

Foram apresentados os documentos relativos ao exame técnico e Certidão de Uso do Solo do município, **conforme artigos 5º e 10 da resolução CONAMA nº. 237/97**, indicando não haver óbice à implantação do empreendimento, segundo condicionantes.

Caso não sejam, adequadamente, divulgadas informações sobre o empreendimento, poderão ocorrer **expectativas na população** da área de influência do empreendimento, tais como geração de empregos e incômodos à população do entorno. Para mitigação desse impacto foi proposto um Plano de Comunicação Social.

3.2 Fase de instalação

O volume de **solo de empréstimo** para as obras de impermeabilização e cobertura diária dos resíduos foi estimado em 449.485 m³, sendo prevista a obtenção desse volume na própria área do empreendimento e em jazidas externas, para as quais deverão ser apresentadas as devidas autorizações de uso na fase de LI.

A pesquisa arqueológica realizada resultou na **ausência de vestígios arqueológicos na área de implantação do empreendimento**. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN acatou a conclusão da pesquisa, sendo favorável à implantação do empreendimento, conforme Parecer Técnico n° 165/06 do IPHAN.

Para a implantação da Etapa 1, a ser realizada sobre a área do atual Bairro Torrão de Ouro I, será necessário o **reassentamento de famílias** a título de comodato. Para a fase de LI deverá ser comprovado o devido reassentamento nos bairros vizinhos.

A demolição das edificações existentes acarretará a **geração de resíduos da construção e demolição**, que deverão ser devidamente segregados e dispostos.

A área do empreendimento foi objeto de investigação confirmatória de passivo ambiental, sendo confirmada a presença de **contaminação de origem orgânica** na área. Para a LI, deverá ser comprovado o atendimento de diversas exigências técnicas, tais como: complementar a investigação confirmatória e o monitoramento da água subterrânea, desenvolver plano de intervenção, implementar rede de monitoramento dos gases do solo, avaliação de risco e definição da intervenção, entre outras.

3.3 Fases de instalação e operação

A exposição e movimentação de terra para a execução das obras poderá promover a **intensificação de processos de dinâmica superficial**. Foram apresentadas as seguintes medidas mitigadoras: sistema de coleta de águas pluviais, instalação de dispositivos de drenagem provisória e de dissipação de energia e cuidados com os estoques de solos escavados. Foi solicitado ao empreendedor para a fase de LI, a apresentação de um Plano de Monitoramento Geotécnico das Escavações e de um Programa de Controle de Erosão e Assoreamento.

De acordo com o Parecer Técnico Florestal – PTF n° 63052/2008 do DEPRN, o projeto original não interferirá em Área de Preservação Permanente – APP, porém deverá acarretar a **supressão de vegetação em estágio inicial de regeneração**, sendo tais intervenções passíveis de autorização. Foi solicitado o plantio compensatório utilizando espécies de cerrado.

A ampliação proposta e o aterro atual se encontram instalados na **APA Federal Mananciais do Rio Paraíba do Sul**, cujo órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o qual se manifestou favorável ao projeto, mediante o cumprimento de condicionantes.

A movimentação de veículos pesados, máquinas, equipamentos e trânsito de veículos coletores poderá acarretar **incômodos à população** (ressuspensão de poeira e geração de ruídos e vibrações) e **riscos de acidentes de trânsito**, além do **aumento no tráfego local e pressão na infra-estrutura viária**. No entanto, por se tratar de ampliação de empreendimento existente não haverá alteração significativa das condições atuais observadas na principal via de acesso a ETRS, uma vez que o número de veículos que trafegam nessa via será pouco alterado. Para a mitigação desses impactos foram propostas medidas tais como: umectação de vias de acesso, restrição de horário e dias para realização de atividades, manutenção dos veículos e maquinário, entre outras. Foi solicitado

ao empreendedor um Programa de Minimização de Incômodos à População e um Programa de Segurança e Educação no Trânsito.

3.4 Fase de operação

Eventuais infiltrações dos efluentes líquidos percolados decorrentes da operação do empreendimento proposto poderão ocasionar **contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais**. Para a mitigação desses impactos, está prevista a implantação dos sistemas de proteção ambiental (drenagem superficial, drenagem e remoção do percolado, impermeabilização inferior e superior), além da implementação dos Planos de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas.

De forma a mitigar eventuais problemas associados à **instabilização do maciço do aterro** foi proposta a implementação de Plano de Monitoramento Geotécnico do maciço de resíduos. Destaca-se que o IPT concluiu pela viabilidade ambiental do empreendimento quanto aos aspectos geotécnicos (e hidrogeológicos) e enfatizou a necessidade de aplicação de medidas de projeto que reforcem a segurança, as quais foram solicitadas ao empreendedor para a fase de LI.

O **biogás** proveniente da ampliação do aterro será coletado e encaminhado para a Central de Queima de Biogás já licenciada para o aterro existente.

Durante a operação do empreendimento poderão ocorrer eventuais episódios de **geração e exalação de odores** decorrentes do processo de decomposição da matéria orgânica presente nos resíduos. Para mitigar esse possível impacto, o empreendedor prevê a implantação de barreira vegetal e recobrimento dos resíduos com solo tão logo as células do aterro sejam formadas, implantação de sistema de captação e queima de biogás.

Não são esperados **riscos à saúde pública** em decorrência da disponibilidade de matéria orgânica e conseqüente atração de animais sinantrópicos, uma vez que a operação adequada do empreendimento, aliada à adoção de todas as medidas de proteção ambiental preconizadas no EIA e a implementação de um Programa de Controle de Vetores de doenças, solicitado ao empreendedor para a fase da LI, minimizarão esse potencial impacto. A área de implantação do empreendimento, adjacente ao aterro existente, dista menos de 2 km do Aeroporto de São José dos Campos, administrado pela INFRAERO, estando inserida na **Área de Segurança Aeroportuária**. O parecer técnico do IV Comando Aéreo Regional deferiu a implantação do empreendimento, desde que adotadas medidas preventivas e corretivas, como a implementação de um Programa de Monitoramento de Avifauna durante todo o período de operação do empreendimento.

3.5 Fase de encerramento

Quando do **encerramento das atividades do aterro** poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, entre outros. O empreendedor apresentou proposta de extensão dos programas de monitoramento por 5 anos após o encerramento de sua operação, a partir do qual novo procedimento poderá ser adotado em acordo com a CETESB.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado no EIA um Plano de Compensação Ambiental, no qual o empreendedor propôs a aplicação de recursos financeiros na Reserva Ecológica Augusto Ruschi, no município de São José dos Campos. Para emissão da Licença Ambiental de Instalação deverá ser firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com a SMA.



SÚMULA DO PARECER TÉCNICO N° 3971/10/TA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, a equipe do TA entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências definidas no Parecer Técnico n° **3.971/10/TA**. Nestes termos, com base no Inciso VI do art. 2° da Lei Estadual n° 13.507 de 23/04/09, a equipe do TA submete ao CONSEMA para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental da Ampliação do Aterro Sanitário no Bairro Torrão de Ouro I, município de São José dos Campos.

São Paulo, 18 de janeiro de 2010.

Geóg. Iracy Xavier da Silva

Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA
Reg. 3970; CREA 0601027208

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO